

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

JANSEN SOUZA MOREIRA

**RELAÇÃO ENTRE O SEXO E OS VALORES DE PROFESSORES DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO**

**CAMPINA GRANDE
2014**

JANSEN SOUZA MOREIRA

**RELAÇÃO ENTRE O SEXO E OS VALORES DE PROFESSORES DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador: Profa. Dra. Karla Carolina Silveira Ribeiro.

CAMPINA GRANDE
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M838r Moreira, Jansen Souza.

Relação entre o sexo e os valores de professores da rede pública estadual de ensino [manuscrito] / Jansen Souza Moreira. - 2014.

22 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Karla Carolina Silveira Ribeiro, Departamento de Psicologia".

1. Gênero. 2. Professores. 3. Sexo. 4. Valores morais. I. Título.

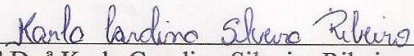
21. ed. CDD 370

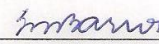
JANSEN SOUZA MOREIRA

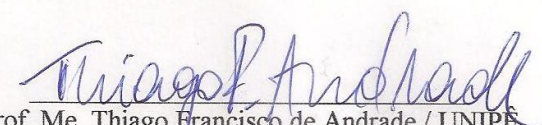
**RELAÇÃO ENTRE O SEXO E OS VALORES DE PROFESSORES DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Psicologia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em
Psicologia.

Aprovada em 10/07/2010.


Prof.^a Dr.^a Karla Carolina Silveira Ribeiro / UEPB
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Sibelle Maria Martins de Barros / UEPB
Examinadora


Prof. Me. Thiago Francisco de Andrade / UNIPÊ
Examinador

RELAÇÃO ENTRE O SEXO E OS VALORES DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

MOREIRA, Jansen Souza¹

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as diferenças quanto ao perfil axiológico em função do sexo, em professores da rede pública estadual de ensino médio da cidade de Campina Grande (PB). Foi utilizado o Questionário de Valores Básicos – QVB, além de uma ficha sociodemográfica e um questionário aberto. A amostra foi composta por 253 professores em pleno exercício da função. Os resultados demonstraram maior média para os homens no valor sexualidade, enquanto as mulheres obtiveram maior média no valor religiosidade e na subfunção Normativa do QVB. As percepções subjetivas do trabalho também apontaram para um maior envolvimento delas em relação à família, religião e ao aspecto social no ambiente laboral. Conclui-se que, mesmo entre a categoria docente, mediadora de conhecimento, há a perpetuação de características estereotipadas da dicotomia entre os gêneros, o que ressalta a exigência de ampliação das reflexões sexistas não somente ao alunado, mas entre seus próprios orientadores, não somente como auxílio para uma educação para a diversidade, como também contribuindo na quebra progressiva de identidades estratificadas entre homens e mulheres, que só tendem a limitar o papel e a atuação de ambos, na sociedade.

Palavras-Chave: Gênero; Professores; Valores Humanos.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze gender differences in values profile among college professors of a public College from Campina Grande (PB). Basic Values Questionnaire (QVB), an open report, and a demographical questionnaire were used in data collection. Sample consisted of 253 professors in full exercise of their functions. Results showed higher mean values in the value Sexuality for men, while women showed higher means for Religiosity and for Normative dimension of QVB. Subjective job perceptions also point to a higher involvement of women with religious, family, and to social aspects in job environment. It is concluded that, even among the teaching category, mediators of knowledge, persist the perpetuation of stereotypical characteristics of the dichotomy between the genres, which emphasizes the need of expansion on the sexist reflections not only between students, but also to his counselor, not solely as aid for education towards diversity, as well as contribution to the progressive disruption of the stratified genders identities of men and women, which tend to narrow the role and the action of both, in society.

Keywords: Gender; Teachers; Human Values.

1. INTRODUÇÃO

A importância dos componentes culturais no mundo contemporâneo vem crescendo desde o início dos anos 1990, não apenas no Brasil como na América Latina. Assim, a cultura deixa progressivamente de ser considerada apenas como subproduto da estrutura social, ou meramente como forma de expressão da vida em sociedade, passando a integrar “um campo de atuação humana, espaço de realidades e lutas” (LIBÂNEO, 2013). O multiculturalismo, que é a expressão dessas realidades, é constituído pelo conjunto de elementos que compõem a problemática cultural (diferenças de classes, étnicas, políticas, físicas, etc.), num determinado contexto sócio histórico. Tudo isso é refletido nas diversas práticas institucionais, em meio às quais alunos e professores atuam, crescem e se desenvolvem, e que, por conseguinte, passam a integrar os modos de compreender a dinâmica da escola e do ensino.

O campo de perspectivas *sociocríticas* é vasto, e a gama de teorias que dão relevância à problemática multicultural na educação só vem aumentando. Para o presente estudo, contudo, delimitou-se a questão de diferenças de gênero e perfil axiológico em professores do ensino médio da rede pública.

As transformações que se observa no sistema educativo desde meados de 1990 têm ampla justificativa, podendo-se apontar, por exemplo, o avanço tecnológico cada vez mais frenético, que acompanha costumes e práticas sociais, além de inegavelmente influenciar as formas de interação dos indivíduos com o conhecimento. Além disso, a busca por respostas às novas exigências do mundo econômico e politicamente globalizado atribui à escola e à educação um dever de flexibilidade e atualização constantes, com vista a acompanhar os processos do mundo contemporâneo.

Segundo Ramanho e Núñez (2011), os fatores institucionais e políticos são determinantes para que propostas de inovação curricular, por exemplo, se efetivem – não sendo, contudo, suficientes. Mudanças no sistema educacional dependem também em grande medida da participação ativa, criativa e transformadora das famílias, dos professores, alunos e diretores; ou seja, de todos os atores da educação.

Mantendo-se o cuidado para que o professor não receba sozinho o peso absoluto dessas exigências, destaca-se o fato de que as possibilidades de sucesso das reformas diminuem, quando não se presta devida atenção aos professores (RAMALHO & NÚÑEZ, 2011). Complementar e paralelo a isso, conforme afirma Libâneo (2013), o ato de ensinar é, primeiramente, um ato de *mediação*, com vista a assegurar as condições e os meios segundo os quais ocorra o chamado encontro formativo (afetivo, cognitivo, ético e estético) entre o

objeto de conhecimento e o aluno. Desse modo, pode-se compreender que o processo didático em sala de aula não é neutro, muito menos desprovido de valores culturais, que integram a sociedade na qual a escola está inserida.

Paulo Freire (1987), ao refletir sobre as características de uma prática educacional conservadora, conceitua sua visão bancária de ensino onde os sujeitos são vistos como indivíduos de adaptação e ajustamento. Por outro lado, o ensino libertador seria composto de características didáticas flexíveis e atualizadas ao contexto dos alunos. Ainda para este autor, o ato de ensinar requer o reconhecimento de que a educação é ideológica (FREIRE, 2004), e é nesse sentido que destaca os riscos exigidos ao ensinar, referentes à aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação. Geralmente reflexões do tipo recaem quase que exclusivamente em direção ao aluno, mas e quanto ao professor? Este também não é submetido a formas de discriminação? Está desprovido da influência dos padrões e normas culturais de seu próprio contexto? Ele próprio consegue fugir das características de formação ideológica e de identidade que se coloca aos sexos?

Em um estudo que buscou analisar as representações de gênero em professores em formação, de ciências e biologia, Santos (2013) relatou que, apesar de não apresentarem tendência de hierarquia entre os gêneros, os futuros docentes assumiram um posicionamento biologizante do gênero, que legitimaria uma essência masculina ou feminina, ao naturalizarem o “brincar de boneca” como um comportamento socialmente estipulado a meninas, enquanto estranho e problemático para meninos. Em outra pesquisa, França e Gloor (2013) analisaram as representações de professoras, funcionárias e diretora de uma instituição de ensino no que diz respeito a mulheres e família, e concluíram que, mesmo reconhecendo que a divisão do trabalho hierarquiza as relações entre os gêneros, a amostra, constituída apenas de mulheres, ainda endossa o pensamento de que existem tarefas destinadas a homens e outras a mulheres.

Desse modo, a presente pesquisa objetivou a análise de possíveis diferenças no perfil valorativo em função do gênero em professores da rede pública de ensino médio da cidade de Campina Grande (PB).

1.2 Gênero

Entre os focos de discussão sobre gênero, que vêm crescendo nas últimas décadas, a existência de atividades, profissões e até mesmo habilidades consideradas femininas ou masculinas, não resultam de um processo espontâneo, tampouco natural, mas sim associadas à problemática cultural, ao *zeitgeist* do contexto em que estão inseridos os indivíduos e os

grupos. É resultado de uma construção concreta de relações sociais que, por sua vez, são determinadas pelos interesses dominantes do sistema social vigente. Uma das fortes expressões desse sistema que determina as desigualdades nas relações sociais entre os sexos é a divisão sexual do trabalho (THERBORN, 2011; CISNE, 2012).

Nesse sentido, a divisão do trabalho é também fomentada pela ideologia sexista reproduzida por instituições como família, igreja e escola. Estas naturalizam os papéis conservadores de gênero, fazendo com que as mulheres correspondam às qualidades, habilidades, atividades, e até mesmo missões consideradas sagradas – como a maternidade – como sendo inerentes ao ser feminino e, portanto, inquestionáveis. Frente a essa realidade, muitas mulheres, levadas por essa ideologia, procuram profissões consideradas “do sexo feminino”, que geralmente são extensivas às atividades domésticas, vinculadas ao universo de valores que caracterizam o que é próprio para os sexos masculino e feminino (THERBORN, 2012).

Partindo dessa consideração, as análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem/ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho e dos papéis sociais. As qualidades exigidas das mulheres, por exemplo, como destreza, minúcia, afabilidade, cuidado, rapidez, são consideradas inatas e não adquiridas; fatores da natureza, e não sociais. Dessa forma, a atuação da mulher no mercado de trabalho produz uma subordinação, uma vez estando vinculada à naturalização de papéis e ao desenvolvimento de habilidades ditas femininas (CISNE, 2012).

Associado a isso, há de se destacar ainda a cultura sexista de passividade e de adequação das mulheres aos limites do privado, como se o público e todas as questões que o envolvem pertencessem aos homens, como historicamente foi determinado. A mulher, nesse cenário, deve apresentar passividade, vinculando-se na relação de trabalho a partir de sua afetividade e cuidado, dando valor as relações grupais a partir do contato e cooperação. O oposto são características atribuídas para as relações masculinas; a eles são vinculadas a competitividade, o reconhecimento, a liderança, demarcando assim o limite de atuação para cada gênero (VELOSO, 2001). Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento da entrada da mulher no mercado de trabalho não trouxe consigo uma completa ruptura com a problemática cultural sexista, mas, ainda assim, a história demonstra que não houve uma quebra total com as responsabilidades domésticas e com a reprodução social, mas uma persistência dessas características na prática profissional e cotidiana (CISNE, 2012).

Os valores morais, por sua vez, compõem parte da estrutura ideológica dos sujeitos, desenvolvidos a partir da vida em sociedade, e podem estar em maior ou menor consonância com os preceitos dos grupos aos quais os indivíduos vão se inserindo. Nesse escopo, a secção seguinte tratará da base teórica dos valores humanos.

1.3 Valores Humanos

Para a fundamentação do presente estudo no que se refere à análise do perfil axiológico da amostra, foi considerada a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, cunhada por Valdiney V. Gouveia em fins da década de 1990. Esta define os valores humanos como:

“(...) conceitos ou categorias, sobre estados desejáveis de existência, que transcendem situações específicas, assumem diferentes graus de importância, guiam a seleção ou avaliação de comportamentos e eventos, e representam cognitivamente as necessidades humanas” (GOUVEIA *e cols.* 2009, p. 37).

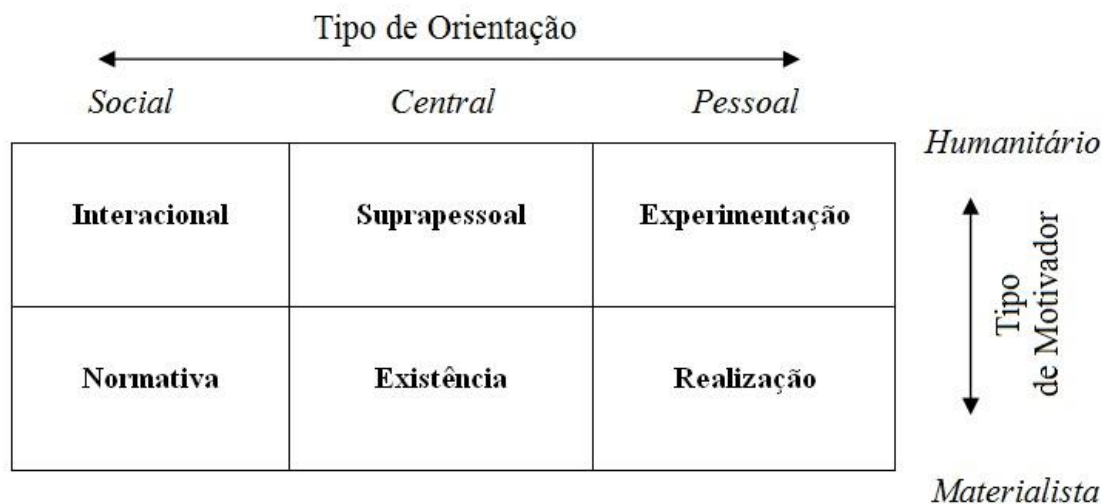
Nesse sentido, a lista de valores é constituída partindo-se do cruzamento de dois eixos funcionais, a saber: o *tipo de orientação*, referindo-se à função dos valores segundo a qual estes guiam as ações humanas; e o *tipo de motivador*, função dos valores segundo a qual estes representam cognitivamente as necessidades humanas (GOUVEIA, 2013).

A primeira função axiológica subdivide-se ainda em três categorias que servem como princípios-guia dos comportamentos, ou seja, um tipo de orientação *social, central ou pessoal*. Indivíduos com tipo de orientação no primeiro extremo (social) assumem comportamentos voltados ao grupo, preconizando-o como unidade básica de sobrevivência, enquanto sujeitos noutro extremo (pessoal) assumem comportamentos que preconizam o próprio indivíduo. O tipo de orientação central é considerado como intermediário, integrando aspectos de ambos (GOUVEIA *e cols.* 2008).

Por outro lado, a segunda função dos valores, como representação cognitiva das necessidades humanas, subdivide-se em duas categorias, quais sejam, um tipo de motivador materialista/pragmático ou humanitário/idealista. O primeiro eixo (materialista) faz referência a comportamentos motivados por metas concretas e ideias práticas, enquanto o segundo (humanitário) relaciona-se com a expressão de princípios mais abstratos e ideais (GOUVEIA *e cols.* 2008).

Ao integrar ambas as funções numa estrutura biaxial, onde uma delas representa o eixo horizontal e a outra o vertical, obtêm-se, a partir deste cruzamento, as seis subfunções que comportam, cada uma, um conjunto de três valores, assim dispostos: subfunção experimentação (valores: Sexualidade, Prazer, Emoção), subfunção realização (Poder, Prestígio, Êxito), subfunção existência (Sobrevivência, Estabilidade Pessoal, Saúde), subfunção suprapessoal (Conhecimento, Beleza, Maturidade), subfunção interacional (Apoio Social, Convivência, Afetividade), e subfunção normativa (Tradição, Religiosidade, Obediência). A figura 1, a seguir, destaca o cruzamento dos dois eixos funcionais e a constituição das seis dimensões (subfunções) valorativas.

Figura 1. Cruzamento dos dois eixos funcionais dos valores, e as seis subfunções axiológicas.



(Adaptação de GOUVEIA e cols., 2009).

A relação entre gênero e prioridades valorativas foi observada em estudos anteriores (FORMIGA et al.; 2008), no qual, utilizando-se do Questionário de Valores Básicos, analisou-se as diferenças entre a orientação normativa de homens e mulheres, de idade entre 11 e 74 anos, estudantes de ensino fundamental, médio e superior. Entre os resultados relevantes, foi relatado que, para a amostra, os homens priorizam mais valores de cunho “individualista”, enquanto as mulheres demonstraram prioridades mais “coletivistas”. Desse modo, a hipótese do presente estudo é a de que há diferenças nas prioridades axiológicas de professores em função do sexo; e que estas, por sua vez, refletem uma problemática cultural no que se refere às diferenças esperadas entre os papéis de homens e mulheres na sociedade.

Nesse escopo, este estudo teve como objetivo geral observar se há diferenças valorativas entre professores e professoras do ensino médio da rede pública da cidade de Campina Grande (PB). Como objetivos específicos, buscou-se analisar quais os valores

predominantemente endossados por cada gênero, se esses valores estariam em consonância com as percepções subjetivas do ambiente laboral e com as formas de aproveitamento do tempo livre, e se o perfil descrito por cada gênero aproxima-se do esperado no que se refere às características estereotipadas entre homens e mulheres.

2. MÉTODO

2.1. Tipo de pesquisa

O presente estudo consiste num delineamento correlacional, de corte transversal, *ex post facto*.

2.2. Participantes

Utilizando-se de uma estratégia acidental, não probabilística (SARRIÁ, GUARDIÃ, & FREIXA, 1999), obteve-se uma amostra de 253 professores (aproximadamente 39% da população), maioria mulheres (64,4%), que estavam em pleno exercício da função, e que aceitaram participar voluntariamente do estudo, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com fins de apresentar um quadro descritivo claro da amostra, e para auxiliar nas reflexões quanto aos objetivos do presente estudo, optou-se por dividir a descrição das características sociodemográficas em função do sexo, apresentadas a seguir.

2.3. Perfil sociodemográfico masculino

Os homens representaram 35,6% da amostra, com idade média de 38 anos (DP = 9,49), variando entre 22 e 56 anos. A maioria, casados (43,2%), seguido de solteiros (38,6%); e sem filhos (46,6%), com nível de escolaridade Superior (43,2%), com mesma proporção para com nível de Especialização (43,2%). A maioria, católicos (40,9%), seguido dos que afirmaram não ter religião (27,3%). Os homens relataram um tempo médio de 11 anos na profissão docente (DP = 9,33), variando de 1 a 34 anos; 43,2% exerce trabalho docente em mais de uma instituição, enquanto 27% relatou ter outros empregos; 36,4% dos homens afirmaram receber entre um e dois salários, enquanto 23,9%, entre dois e três. A carga horária média foi de 40 horas semanais (DP = 13,93).

2.4. Perfil sociodemográfico feminino

As mulheres representaram a maioria da amostra (64,4%), com idade média de 41 anos (DP = 10,24), variando entre 20 e 65 anos. Maioria casada (51%), seguida de solteira (27,7%), e sem filhos (32,3%). Quanto ao nível de escolaridade, a maioria relatou nível de Especialização (49,7%), seguido de nível superior (34,2%). Em relação à religião, 34,2% afirmou ser católico, seguido de 20% que afirmou ser evangélico. Com tempo médio de 15 anos na profissão docente (DP = 9,88), variando de 1 a 40 anos; 40% afirmou manter atividade docente em mais de uma instituição, e 13,5% relatou outros vínculos empregatícios. A maioria das mulheres (37,4%) relatou receber entre um e dois salários, seguido de 22,6% que afirmou receber entre dois e três. A carga horária média para as mulheres foi de 38 horas semanais (DP = 14,38).

2.5. Instrumentos

Para a coleta dos dados, foram aplicados três instrumentos: Questionário dos Valores Básicos – QVB; uma ficha sociodemográfica; e um questionário aberto.

Desenvolvido por Gouveia em 1998, o Questionário de Valores Básicos – QVB é um instrumento composto por 18 itens, numa escala de resposta tipo likert de 1 (nada importante) a 7 (extremamente importante), onde os respondentes avaliam a importância que cada item (valor) tem como um princípio-guia em suas vidas. Cada item representa um valor humano, agrupados (três a três) entre as seis dimensões da escala, que são também as seis subfunções valorativas da teoria, quais sejam: Experimentação, com orientação pessoal e motivador humanitário; Realização, com orientação pessoal e motivador materialista; Existência, orientação central e motivador materialista; Suprapessoal, orientação central e motivador materialista; Interacional, com motivador humanitário e orientação social; e Normativa, com motivador materialista e orientação social.

Uma Ficha Sociodemográfica foi utilizada para a coleta de informações biográficas (idade, estado civil, nível de instrução escolar), e sócio ocupacionais (regime de trabalho, tempo de serviço) com fins de caracterização amostral.

Para acessar as características subjetivas do trabalho, os participantes responderam ainda três perguntas abertas, que versavam sobre os aspectos positivos e negativos vivenciados em seu contexto laboral, e sobre tempo livre e lazer.

2.6. Procedimento de coleta dos dados

Após autorização da 3ª Região de Ensino e Cultura, e aprovação do **Comitê de Ética** da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), efetuou-se a pesquisa em duas etapas: primeiramente uma coleta coletiva em três escolas então denominadas Pólos de Formação Docente, onde professores participavam de um curso de capacitação oferecido pela UEPB. Posteriormente, agendando-se a coleta com os gestores de cada escola, de modo a ampliar a coleta para todas as escolas públicas estaduais de ensino médio de Campina Grande (PB), já que nem todas tinham seus professores inscritos no curso de capacitação docente.

Na pesquisa, foram incluídos apenas os docentes que se encontravam em pleno exercício da função, não englobando assim os aposentados, os que estavam com licença médica, ou afastados da função por algum motivo, além daqueles que não se dispuseram a participar ou ainda os que estavam ausentes no momento da coleta. As escalas foram organizadas em forma de questionário autoaplicável, e todos os participantes foram informados sobre os objetivos e aspectos éticos da pesquisa, bem como instruídos a preencher os instrumentos, havendo auxílio dos pesquisadores apenas em casos de dúvidas ou esclarecimentos recorrentes. Quinze minutos foi o tempo aproximado gasto pelos participantes para responderem todo o questionário.

2.7. Procedimento de Análise dos Dados

Os resultados quantitativos foram digitados na forma de banco de dados no programa *Statistical Package for Social Science* – SPSS, e efetuaram-se análises descritivas (média, desvio-padrão e porcentagem) para a descrição do perfil sociodemográfico da amostra; foi também realizado o teste *t* de *Student* para amostras independentes com o objetivo de verificar a diferença entre o perfil valorativo da amostra em função do sexo.

Foi realizada também uma análise de conteúdo (BARDIN, 2000) para o tratamento do questionário aberto, com fins de compreender e inferir unidades temáticas e a constituição de categorias empíricas *a posteriori* existentes no discurso. Assim, procedeu-se com as seguintes etapas: Constituição do *corpus*, que, na presente pesquisa, foi formada por oito entrevistas, devido ao fato de três participantes não frequentarem as aulas durante a realização das entrevistas e não estarem presentes quando se realizaram visitas posteriores; Após a construção do *corpus*, realizaram-se a leitura flutuante do material transcrito, a codificação e o recorte dos dados, e a composição das unidades de análise, obtidas a partir da definição das

categorias que foram codificadas e validadas (duas perguntas, versando sobre aspectos positivos e negativos no trabalho, além de mais uma sobre aproveitamento do tempo livre).

3. RESULTADOS

Os resultados apresentados se originaram de dois processos de análise, a partir do Questionário de Valores Básicos e do questionário aberto, sendo discutidos paralelamente.

As diferenças no perfil axiológico de homens e mulheres, professores da rede estadual de ensino médio, foram analisadas por meio do cálculo do teste *t* de *Student* para amostras independentes, que apontou para diferenças significativas quanto ao valor sexualidade e religiosidade, assim como na subfunção Normativa do QVB. Na tabela 1, a seguir, foram descritas as respectivas médias com desvios-padrão, além dos resultados do teste *t*. Os homens (M = 5,51) endossaram mais o valor sexualidade do que as mulheres (M = 5,11); elas, por sua vez, demonstraram maior média na subfunção normativa (M = 5,81) e no valor religiosidade (M = 6,30) em comparação aos homens (respectivamente, M = 5,48 e M = 5,69).

Tabela 1. Média, desvio-padrão e teste *t* para as diferenças de gênero quanto ao valor Sexualidade e Religiosidade, assim como para a Subfunção Normativa.

	Subfunção Normativa		Religiosidade		Sexualidade	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Mulheres	5,81	0,90	6,30	1,38	5,11	1,52
Homens	5,48	1,26	5,69	1,92	5,51	1,33
Teste <i>t</i>	t(241) = 2,100; p=0,03		t(241) = 2,584; p=0,01		t(237) = -2,041; p=0,04	

Para acessar unidades temáticas subjacentes ao discurso de professores e professoras sobre seu ambiente laboral, assim como ter uma maior compreensão das suas formas de lazer, procedeu-se com uma análise de conteúdo para o questionário aberto. O conteúdo das respostas dos professores foi organizado em grupos temáticos de acordo com o consenso de quatro juízes especialistas, dividindo-se os resultados para mulheres e homens, como representado a seguir, nas figuras 2 e 3, respectivamente. Os resultados demonstraram diferenças em algumas categorias temáticas específicas, as quais foram destacadas em preto. Os homens demonstraram uma categoria não presente nas falas das mulheres, reportando às formas de lazer, caracterizada como prática de *esportes*. As professoras, em contrapartida,

apresentaram exclusividades no discurso referentes ao componente *social* (*colegas de trabalho*, *chefia*) tanto dentre os aspectos positivos quanto negativos no trabalho. Além disso, também acrescentaram dois conteúdos temáticos referentes ao lazer, os quais não estiveram presentes nas falas dos homens, como formas de aproveitamento do tempo livre por meio da *religião* e da *família*.

Figura 2. Fluxograma das categorias temáticas para as mulheres.

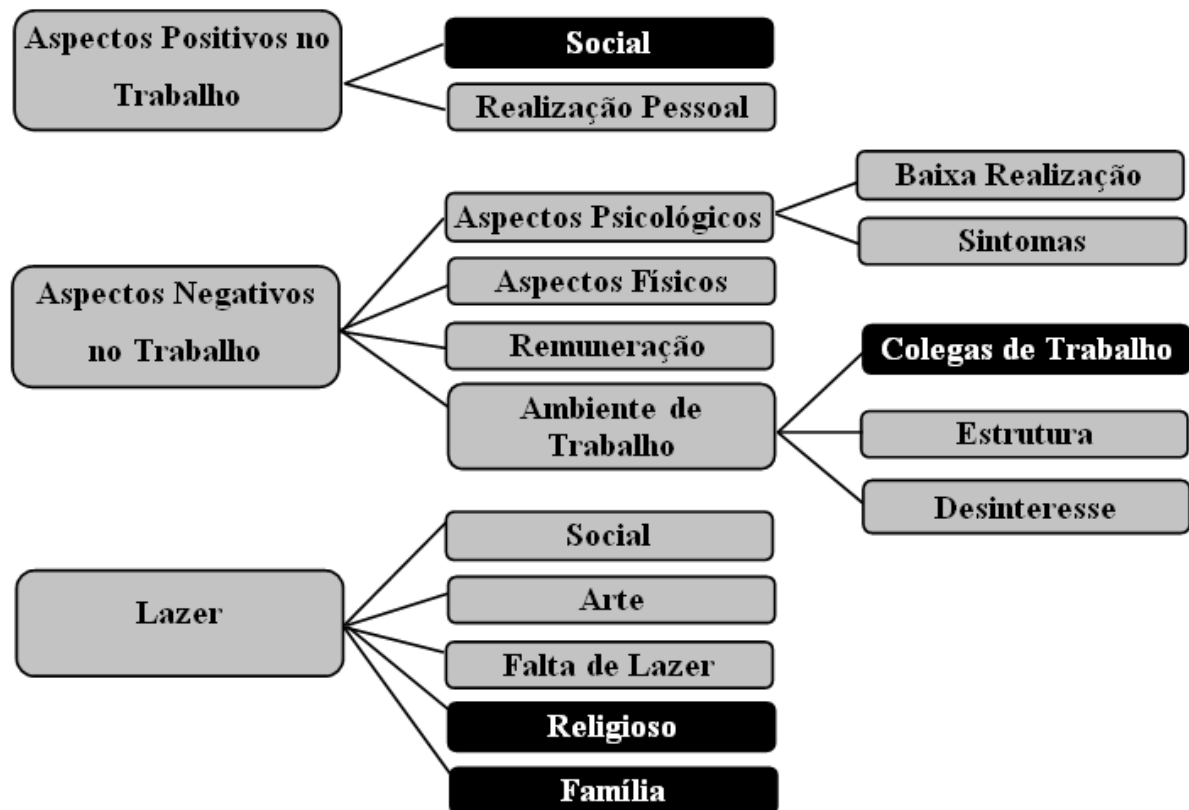
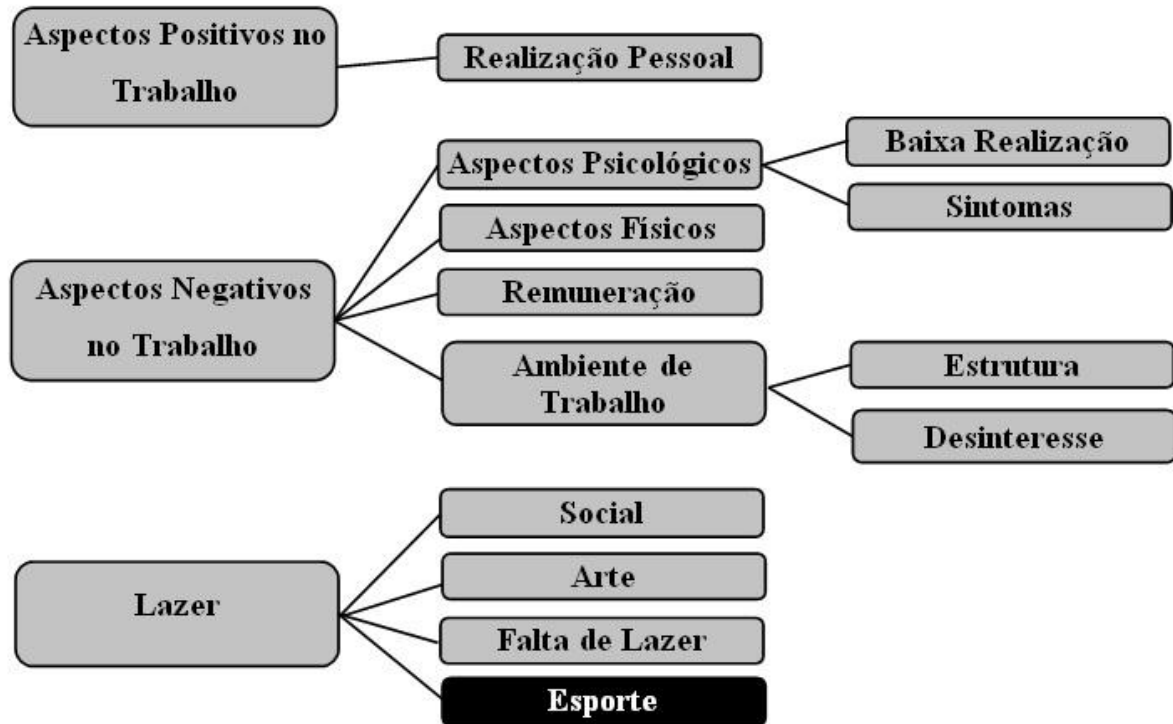


Figura 3. Fluxograma das categorias temáticas para os homens.



4. DISCUSSÃO

Como descrito na Tabela 1, a Subfunção Normativa apresentou diferenças estatisticamente significativas para os sexos ($t(241) = 2,100$; $p = 0,03$), o que aponta para diferenças reais quanto às médias de homens e mulheres. As mulheres apresentaram uma média $M = 5,81$; enquanto para os homens a média foi de $M = 5,48$. A Subfunção ou Dimensão Normativa do QVB integra um dos seis fatores dessa escala, e é constituída por um tipo de orientação social e um motivador materialista. O viés social para o tipo de orientação destaca indivíduos que tendem a assumir comportamentos voltados ao grupo e à vida social, preconizando-a como unidade básica de sobrevivência, enfatizando a estabilidade do grupo, assim como a importância de preservar a cultura e as normas sociais. Complementar a essa orientação, o motivador é do tipo materialista, destacando indivíduos cujo comportamento se apresenta mais voltado a metas concretas, ideias práticas, ou ainda, regras normativas (GOUVEIA, 2013).

Tais características, de forte consideração ao social e ao normativo, por parte das professoras que participaram do estudo, são complementadas pelas diferenças quanto às categorias temáticas do questionário aberto, como destacado na Figura 2. Em relação às

descrições dos aspectos positivos e negativos no trabalho, as mulheres apresentaram exclusividades no conteúdo de suas respostas, com considerações que reportam ao aspecto interpessoal no ambiente laboral, o que não foi observado entre as respostas dos homens, os quais destacam de forma mais predominante a realização pessoal e reconhecimento, representando, segundo Cisne (2012), a relação de gênero, a qual delimita que o sexo masculino deve se destacar e competir socialmente. Assim, diferentemente dos homens, a categoria *social* esteve presente dentre os aspectos positivos no trabalho, apontado pelas professoras; como descrito nas seguintes respostas:

“O estímulo perante a gestora, meus colegas de trabalho, enfim meu local de atuação é de perfeita harmonia.” (profa. 1)

“Os meus colegas de trabalho que gosto.” (profa.2)

Da mesma forma, dentre os aspectos negativos no trabalho também houve um destaque ao relacionamento interpessoal das professoras, que novamente não esteve presente entre as respostas dos homens. A categoria temática *colegas de trabalho*, foi descritas com respostas como:

“Falta de coleguismo.” (profa. 3)

“A falta de integração entre os colegas.” (profa.4)

Também a ênfase ao normativo pôde ser observada através das categorias temáticas, no que se refere às diferenças quanto ao *lazer* de homens e mulheres. Enquanto eles, como demonstra a figura 3, acrescentaram um grupo temático exclusivo ao lazer, qual seja, a categoria *esportes* (futebol, ir à academia, etc.), elas, por outro lado, como descrito na figura 2, apresentaram os grupos temáticos *família* (sair com o marido, passear com os filhos, ficar em casa com a família, etc.) e *religioso* (ir à missa, ir à igreja, etc.). O endosso a essas características é tido como tipicamente feminino (CISNE, 2012), e seu teor normativo é inquestionável, o que se apresenta ainda como exigências às atribuições femininas tidas como positivas: maior envolvimento com a família e a religião.

Na teoria funcionalista dos valores humanos, o valor religiosidade é descrito em termos de “crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus;” sendo assim reconhecida a existência de uma entidade superior, através da qual as pessoas podem lograr a certeza e a harmonia social requeridas para uma vida pacífica (GOUVEIA, 2003). Na

tabela 1 é possível observar que houve diferenças significativas em relação a esse valor ($t(241)=2,584$; $p=0,01$), sendo a maior média para as mulheres ($M=6,30$) em relação aos homens ($M=5,69$). Assim, paralelo aos achados da análise de conteúdo, pode-se afirmar que, para a amostra, as mulheres ainda são o grupo com maior envolvimento com a religião, o que é também observado na descrição do perfil sociodemográfico, descrito em seções anteriores. Apesar de quase metade da parcela amostral masculina ser católica (40,9%), a segunda maior proporção foi para os homens que afirmaram não possuir religião (27,3%). Enquanto que no perfil feminino, além da maior proporção ser também de católicas (34,2%), o segundo maior grupo foi o de evangélicas (20%).

A associação do perfil feminino com o vínculo religioso, em oposição a um maior distanciamento por parte dos homens, é considerada uma característica “normal”, ou até desejável, partindo-se de uma perspectiva estereotipada quanto aos sexos, uma vez que o endosso religioso ainda é um aspecto predominantemente associado às mulheres, que, diferentemente dos homens, seriam mais intuitivas, afetivas e sensíveis (CISNE, 2012).

Ainda na tabela 1, observa-se também diferenças significativas ($t(237)=-2,041$; $p=0,04$) quanto ao valor sexualidade, descrito na teoria funcionalista como representando “a necessidade fisiológica de sexo; ter relações sexuais, obter prazer sexual” (GOUVEIA, 2003). Essa média, diferentemente das anteriores, foi mais elevada para os homens ($M=5,51$) em relação às mulheres ($M=5,11$). Fazendo-se novamente um paralelo com os dados sociodemográficos, destaca-se que 38,6% dos homens são solteiros, enquanto para as mulheres esse percentual cai para 27,7%; além disso, 46,6% dos homens não têm filhos, contra 32,3% das mulheres. O maior percentual feminino foi, contudo, na proporção de casados: enquanto 43,2% dos homens se declararam casados, cerca de 51% das mulheres admitiu a mesma condição. Vale retomar também que a família foi inserida pelas mulheres entre as suas formas de lazer, na análise de conteúdo para o questionário aberto (figura 2). Desse modo, novamente aqui se observa o esperado para as características estereotipadas entre os gêneros, uma vez que a sexualidade, enquanto fator tido como natural e explícito para os homens, ainda é um tema controverso em sua expressão no seio feminino. Foge do escopo da presente pesquisa um aprofundamento nas reflexões acerca da sexualidade da amostra em questão; a despeito disso, esse se mostra mais um indício de que os professores não estão à parte, no que se espera dos modelos masculinos e femininos e suas características sociais determinadas (THERBORN, 2012).

Infelizmente, a realidade das diferenças quanto às características e habilidades em função do sexo persiste, mesmo entre a classe mediadora de conhecimento, os professores.

Condizente aos achados de outras pesquisas (FRANCA, GLOOR, 2013; SANTOS, 2013; FORMIGA e cols., 2008), o presente estudo revelou a perpetuação da cisão entre o que se caracteriza como feminino e masculino, mesmo entre o perfil axiológico de docentes, indicando que os valores dos indivíduos de uma sociedade estão sim em consonância com as determinações do contexto social vigente, mesmo que hoje já tanto se discuta contra a respectiva problemática cultural sexista. Libâneo (2013) compreende a dinâmica da escola e do ensino a partir da problemática cultural que compõe os entornos contextuais nos quais essa instituição esteja inserida, já que, segundo o mesmo, a prática de mediação de conhecimento (função do professor) é desprovida de neutralidade, e, ao contrário, envolve os valores e as ideologias subjacentes ao período cultural em questão. Desse modo, o ponto colocado em questão não é o extermínio de qualquer viés ideológico, que é subjacente e implícito ao ato de ensinar (FREIRE, 2004), mas sim a forma como essas tendências subjetivas naturais são expressas e trabalhadas, a fim de encontrar na prática diária em sala de aula um processo de emancipação de qualquer forma de discriminação, ajudando a desenvolver sujeitos inclinados à liberdade, à diversidade – e não ao ajustamento.

Na presente pesquisa, o perfil feminino continua a endossar os grupos e suas exigências, através de vieses e atitudes tipicamente normativas. A determinação do aspecto social para elas ficou clara na colocação dos fatores interpessoais, tanto dentre os aspectos positivos quanto negativos no trabalho, o que não foi observado nas falas dos homens. Mesmo em relação ao lazer, enquanto estes acrescentaram atividades de competência física (esportes, academia), aquelas apontaram para aspectos de subordinação, tanto em relação à religião, quanto em relação ao vínculo matrimonial. Isso foi ainda endossado pelos resultados dos dois valores em destaque no QVB, que apresentou maior média para os homens no valor sexualidade, descrevendo uma maior importância dada a esse aspecto por parte deles, além de ter sido descrita também, em contrapartida, uma maior média para as mulheres no valor religiosidade, indicando para elas um maior envolvimento com os princípios e dogmas religiosos.

Assim, mais questionamentos surgem com dupla conotação, simultaneamente como pontos de limitação desta pesquisa, e como motivação para pesquisas subsequentes: como essa perpetuação dicotômica entre homens e mulheres se expressa na prática dos professores, em sala de aula? Como os alunos percebem e absorvem os aspectos axiológicos de seus professores e professoras? E, não menos importante, como atuar junto aos docentes de maneira a mudar esse quadro de adesão aos papéis estratificados de gênero?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados descritos se mostraram consistentes com o esperado acerca das representações dos sexos dentro de nossa problemática cultural sexista ainda atual, envolta na dicotomia feminino X masculino; mesmo que a amostra em questão seja composta de professores, dos quais poderia se esperar uma ruptura ou um distanciamento quanto aos papéis sociais estratificados de homens e mulheres na sociedade. Contudo, devido à característica transversal da presente pesquisa, sugere-se a necessidade de acompanhamento *in locus* para observar se e como tais aspectos são refletidos no desenvolvimento didático em sala de aula. Os valores, como aspectos subjacentes na construção da identidade e do posicionamento ético dos sujeitos em sociedade, apresentaram resultados característicos de grupos específicos, o que destaca o papel destes na construção axiológica de cada indivíduo. Além disso, ainda é necessário cautela quanto à generalização dos resultados aqui discutidos, uma vez que estes fazem referência a um contexto social delimitado, podendo haver diferenças para amostras de outras localidades.

Por fim, ressalta-se a necessidade de ampliar as discussões de gênero não apenas voltadas para o corpo discente, mas que tais reflexões possam ser desenvolvidas também entre o corpo docente, e que se possa estender à direção e aos profissionais auxiliares, enfim, todos que compõem o espaço institucional da escola; mas sobretudo o professor, o qual tem nas mãos a responsabilidade de ser o veículo direto de orientação para com o alunado, como dignamente explicitada na resposta de um deles, aqui retomada, sobre os aspectos positivos de sua profissão: *“saber que o meu trabalho vai fazer algo diferente e que o futuro está nas minhas mãos e no que eu transmito, e sirvo como escada para alguém subir na vida”*.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 63, LDA, 2000.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Outras Expressões, 2012.

FORMIGA, N. S., SANTOS, L. M. S., VIANA, D. N. M., ANDRADE, A. O. Valores humanos e gênero. **Psicologia em foco**, Aracaju, v. 1 n. 1, jul./dez. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Publicação cedida à ANCA/MST. Paz e Terra, 2004.

FRANÇA, F. F., BLOOR, V. C. F. Família e Mulheres: representações docentes e implicações sobre gênero. **Diálogo**, Canoas, n. 24, p. 63-72, dez. 2013

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; FISCHER R.; COELHO, J. A. P. M. Teoria funcionalista dos valores humanos: aplicações para organizações. **Revista de administração Mackenzie**, v. 10, n. 3, p. 34-59, 2009.

GOUVEIA, V. V. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. **Estudos de Psicologia**, v. 8 n. 3, p. 431-443, 2003.

GOUVEIA, V. V., MILFONT, T. L., Fischer, R. & Santos, W. S. Teoria funcionalista dos valores humanos. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Ed.). **Valores humanos e gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

LIBÂNEO, José C. Didática na formação de professores: entre a exigência democrática de formação cultural e científica e as demandas das práticas socioculturais. In: SANTOS, A.; SUANNO, J. H.; SUANNO, M. V. R. (Orgs.). **Didática e formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

RAMALHO, Betania Leite; NÚNEZ, Isauro Beltrán. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. **Revista Educação em Questão**, v. 40, n. 26, p. 69-96, jan./jun. 2011.

SANTOS, S. P. Menino brinca de boneca? Investigando as representações de futuros/as professores/as de ciências e biologia sobre as relações entre os gêneros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2013.

SARRIÁ, A.; GUARDIÀ, J.; FREIXA, M. **Introducción a la estadística en Psicología**. Barcelona: Ediciones de la Universitat de Barcelona, 1999.

THERBORN, G. **Sexo e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

THERBORN, G. Compreendendo as diferenças na cultura de gênero. **Revista Ciência e Profissão**, v. 42, n. 22, p. 78-93, jan./jun. 2012.

VELOSO, R. **No caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2001.